

CAPÍTULO 9

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA COMO FORMA INCLUSIVA NUMA PERSPECTIVA DOCENTE



<https://doi.org/10.22533/at.ed.764122513059>

Data de aceite: 04/09/2025

Rosângela de Oliveira Santana

Mestranda - Universidade Salgado de Oliveira
<https://orcid.org/0009-0001-9860-8350>

Silvio Rodrigues Marques Neto

Programa de Pós-graduação em Ciências da Atividade Física, Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Niterói
Laboratório de Pesquisas Clínicas e Experimentais em Biologia Vascular (BioVasc), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro
<https://orcid.org/0000-0001-5742-4646>

Adalgiza Mafra Moreno

Mestrado de Vigilância em Saúde - Universidade Iguaçu -UNIG
Mestrado Ciências da Atividade Física, Universidade Salgado de Oliveira, Brasil

Grupo de pesquisa Saúde e Envelhecimento – GPqSE, Universidade Iguaçu (UNIG), Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-3681-7314>

RESUMO: Avançaram significativamente nos últimos anos os estudos no campo da atividade física adaptada e do trabalho docente sob o paradigma da inclusão.

Nesse contexto, este artigo aborda o papel fundamental da educação física na promoção da inclusão escolar, considerando o olhar e a atuação dos professores como agentes de transformação. O estudo tem como objetivo analisar a formação do professor de Educação Física sobre a inclusão educacional por meio da atividade física adaptada. Parte-se do princípio de que o ambiente escolar deve oferecer oportunidades igualitárias de participação, aprendizagem e desenvolvimento a todos os alunos, inclusive àqueles com deficiência ou necessidades educacionais específicas. Destaca-se ainda, a importância da formação docente, do uso de estratégias pedagógicas adaptadas e da construção de um currículo inclusivo que conte com a diversidade. A metodologia utilizada possui caráter dedutivo e qualitativo e é caracterizada pela pesquisa bibliográfica. A pesquisa conclui que as atividades físicas adaptadas contribuem não apenas para o desenvolvimento motor, social e emocional dos alunos, mas também para a formação de uma sociedade mais justa e plural.

PALAVRAS-CHAVE: Docência. Educação Física. Inclusão. Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

A escola é de fundamental importância na formação educacional e social do ser humano, e seu papel na sociedade passou por diversas transformações pedagógicas. E, na atual conjuntura da Educação no Brasil, tem se tornado cada vez mais pertinente e necessário as discussões acerca das perspectivas da Educação Inclusiva em espaços regulares de educação escolar. Trata-se de uma tendência mundial que adquire notoriedade especialmente a partir da década de 1980, quando se assiste a um movimento de integração de alunos com condição de deficiência na escola regular.

Esse movimento é fruto da percepção de que a educação é o meio capaz de promover a formação inclusiva das capacidades volitivas, afetivas e biopsicossociais do ser humano. É nesta realidade que “a ação da escola e do professor têm um protagonismo pela oportunidade que ela abre para estabelecer ações pedagógicas que visem desenvolver e fortalecer em cada pessoa e as competências de aprendizagem, em todas as áreas do conhecimento” (Borges, 2023, p. 1410). Dentro dessa perspectiva, a formação inclusiva torna-se essencial para garantir que todos tenham uma educação de qualidade e a disciplina de Educação Física, por meio de atividades adaptadas, pode-se abordar uma perspectiva própria desse componente curricular que consiste na abordagem do desenvolvimento integral do indivíduo.

É nesse contexto que se comprehende a temática apresentada nesse estudo que consiste em abordar a importância da atividade física como um mecanismo de inclusão de alunos com deficiências e, ao mesmo tempo, de suporte ao agir docente. Trata-se de uma temática relevante e atual especialmente quando se considera a necessidade de promover práticas pedagógicas que assegurem a participação plena e equitativa de todos os estudantes independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais. O objetivo do estudo, consiste, portanto, em analisar como a prática da atividade física pode contribuir para a promoção da inclusão escolar, considerando práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e assegurem a participação efetiva de todos os alunos, especialmente aqueles com deficiências ou necessidades educacionais específicas.

A metodologia utilizada adota uma abordagem qualitativa e baseia-se em uma pesquisa bibliográfica a qual será realizada a partir da consulta a produções científicas disponíveis em bases de dados como *Scielo*, Google Acadêmico e CAPES Periódicos. Serão considerados estudos publicados nos últimos cinco anos, priorizando aqueles que apresentam conteúdos correlatos à temática.

A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR COMO PRÁTICA A SERVIÇO DA INCLUSÃO

Como mencionado anteriormente, a partir da década de 1980 se intensificam no Brasil as discussões em torno do movimento de inclusão na educação. Esses debates

ganham novo vigor com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que veio garantir o direito à educação para todos, incluindo pessoas com deficiência. Porém somente em 2008 é implantada Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva(PNEEI) que inova ao entender o processo de inclusão “não pode mais ficar restrito a discussões teóricas: é uma condição para a garantia efetiva dos direitos fundamentais à educação e ao exercício pleno de cidadania de todo brasileiro” (Bezerra Filho, 2023, p. 10).

Outro importante marco legal em prol da educação inclusiva consiste na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº. 13. 146/2015- Estatuto da Pessoa com Deficiência. De acordo com artigo 27 do Estatuto, “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda vida [...]” (Brasil, 2015). Essa forma de enxergar a educação tem estimulado diferentes perspectivas no campo da Educação Inclusiva. Também o Plano Nacional de Educação (2014-2024) destaca “a responsabilidade e compromisso com a universalização do atendimento escolar, enfrentamento das desigualdades educacionais, promoção da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação” (Souza; Pereira; Venâncio, 2022, p. 03).

As leis mencionadas representam um marco para romper com o modelo de segregação escolar das pessoas com deficiência. Reflexos foram colhidos concretamente a partir do aumento do número de matrículas de estudantes com deficiência na rede regular de ensino. “Segundo dados do Censo Escolar esse número saltou de 325.316 alunos no ano de 2006, para 1.152.875 no ano de 2020, refletindo o impacto positivo da PNEEPEI” (Basso-Braz *et al.*, 2024, p. 02). Percebe-se, assim que a busca pelo fortalecimento da educação numa perspectiva inclusiva é fundamentada na concepção de direitos humanos garantido os sujeitos a igualdade e equidade dos direitos nas suas diferenças nos diversos contextos sociais.

Cabe de início frisar que inclusão não significa “adequação”. Na perspectiva da educação inclusiva não é o aluno(a) que tem que se adaptar ao ensino, mas sim a escola que deva promover meios para que esse(a) aluno(a) também tenha acesso ao conhecimento e ao aprendizado. Por conseguinte, a inclusão escolar demanda “adaptação das práticas pedagógicas e recursos para que todos os alunos consigam participar ativamente do processo de aprendizagem, aprendendo juntos e respeitando as individuais diferenças” (Bezerra Filho, 2023, p. 17). A escola, enquanto instituição precisa “romper a lógica das comparações, das representações, das identidades fixas, das oposições binárias e seus juízos de valor da ideia de diversidade” (Santos *et al.*, 2023, p. 02). A concepção das diferenças reflete a construção do paradigma educacional da cultura inclusiva baseado na equidade e igualdade de direitos a todos.

As instituições de ensino devem, nesse sentido, rever as práticas pedagógicas, adaptar as metodologias, se utilizar de recursos pedagógicos que facilitem a inclusão de todos(as), sem distinção, e atendendo as necessidades de cada um. E, nessa perspectiva

da inclusão, a educação física escolar apresenta importância para a formação acadêmica e socialização do ser humano, pois, “através do planejamento pedagógico, ela promove o desenvolvimento dos domínios de comportamento e dentro desse aspecto, a liberdade de expressão e comunicação, de diversas formas fazem parte do contexto educacional e de inclusão”(Norberto; Cavalcanti; Dourado, 2023, p. 08). Enquanto componente do currículo escolar, a educação física é regulamentada desde 1937 e pela LDB (Lei nº. 9.394/1996) se configura disciplina obrigatória, sendo de suma importância para o desenvolvimento humano.

Todavia, uma das preocupações dos professores de Educação Física na aprendizagem dos alunos com deficiência é maneira da adaptação, de como alcançar os objetivos, conteúdos, metodologias e avaliações a cada aluno com deficiência. A Educação Física Escolar colabora no processo de construção de conhecimento do aluno, uma vez que trabalha atividades que utilizam regras, cooperação, respeito além de atenção, associação, raciocínio e outros. Por essa razão, a LDB busca-garantir por meio do artigo 26 dessa legislação, a prática de Educação Física adaptada, com especial enfoque na incorporação de estudantes portadores de deficiência. Desse modo, “[...] ao adotar a Educação Física adaptada como instrumento que promove a inserção de crianças com deficiência, condiciona que todos possam participar plenamente e efetivamente, incentivando o desenvolvimento físico, mental e social” (Borges, 2023, p. 1416).

Trata-se, portanto, de uma abordagem que não visa apenas a prática desportiva, mas também a inclusão social, e não só para os alunos com deficiência, mas para todos os alunos em contexto geral, “que se sintam excluídos por algum tipo de preconceito, seja por tipo físico, cor da pele, ou situação financeira, valorizando a diversidade a singularidade de cada aluno, rompendo a barreira de uma educação física (EF) esportivista e seletiva” (Lameira *et al.*, 2025, p. 07). Para pessoas com deficiência física, a Educação Física adaptada desempenha um papel ainda mais crucial, proporcionando oportunidades de participação, inclusão e desenvolvimento de habilidades motoras. Nessa perspectiva, entende-se que a educação física adaptada

[...] vai além de uma mera adaptação superficial das atividades físicas. Pois, envolve a criação de estratégias e metodologias específicas que consideram as necessidades individuais de cada criança com deficiência. Essas adaptações podem envolver a modificação de regras, a utilização de equipamentos adaptados e a personalização dos objetivos de aprendizado, de acordo com as habilidades de cada aluno (Borges, 2023, p. 1416–1417)

Pelo exposto, percebe-se que a Educação Física adaptada envolve a modificação das atividades para atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência, o que requer uma abordagem individualizada, na qual o professor pode avaliar as capacidades e limitações do aluno, adaptando o currículo e as atividades. A adaptação de atividades é uma parte fundamental da Educação Física adaptada. “Isso pode envolver a modificação

das regras do jogo, o uso de equipamentos especializados, a criação de variações de movimentos e a utilização de técnicas de ensino que respeitem as habilidades de cada aluno" (Bezerra Filho, 2023, p. 20).

Os impactos trazidos pela educação física adaptada são significativos para o desenvolvimento mental e emocional dos estudantes. Ao participar das aulas e atividades de forma igualitária, "as crianças e adolescentes com deficiência experimentam uma sensação de pertencimento e inclusão. Isso fortalece sua autoestima, autoconfiança e senso de realização, fatores essenciais para o desenvolvimento saudável de sua identidade" (Borges, 2023, p. 1417). Ao mesmo tempo, as atividades propostas precisam "gerar interesses e mobilizações, ressignificações e experiências que façam sentido nas vivências e problematizações com jogos, brincadeiras, esportes, desafios corporais relacionados às atividades da vida diária, entre outros" (Souza; Pereira; Venâncio, 2022, p. 09). E essas ações reforçam o papel crucial do educador e de sua prática docente.

Cabe, portanto, destacar a importância da formação dos professores de Educação Física na perspectiva da inclusão. Nas bibliografias consultadas sobre o tema, nota-se que é grande o número de professores que afirmam não possuir conhecimento suficiente para suprir as necessidades dos alunos deficientes. O argumento aqui defendido tem por base a ideia de que o educador em sala de aula atue como um intelectual transformador, e não como um instrutor que seleciona os conteúdos e escolhe técnicas que serão úteis para aprendizagem de todos os estudantes. Desse modo, cabe ao professor "criar uma inclusão estruturada, articulando legislação, conhecimentos científicos, saberes docentes e prática profissional fundamentada na autonomia docente para a superação da dicotomia entre teoria e prática" (Jucá; Maldonado, 2024, p. 12).

Os desafios à prática docente se tornam mais evidentes quando se considera que a formação profissional muitas vezes negligencia os alunos com deficiência. Nesse sentido, o princípio fundante da formação continuada do professor acontece no contexto escolar com os pares, com as práticas da gestão da sala de aula, com os saberes docentes e colaborativos. Quando essas formações se apresentam de fato, "voltadas para uma renovação do ensino, além das novas informações sobre o ensinar e o aprender, elas propiciam a troca de ideias e a colaboração entre os professores, o que favorece a expansão do conhecimento de todos" (Santos *et al.*, 2023, p. 05).

Importante frisar ainda que a formação continuada não se limita apenas ao aspecto técnico, mas também promove a sensibilização dos professores, e estes conseguem governar a si próprios, exercendo o poder crítico de suas ações diante das demandas da escola. Os professores bem capacitados "têm consciência dos direitos dos estudantes com deficiências e das leis que regem a educação inclusiva. Isso lhes permite [...] assegurar que todas recebam uma educação de qualidade e igualitária" (Bezerra Filho, 2023, p. 25).

É exatamente essa consciência que possibilita aos professores atualizarem constantemente suas práticas político-pedagógicas. Esses momentos são essenciais para

descaracterizar esse componente curricular de seu viés tecnicista, desenvolvimentista, esportivista e recreacionista. Pensar em uma educação comprometida com a aprendizagem integral é promover experiências “político-pedagógicas que compreendam as características sociais, políticas, econômicas, culturais, antropológicas e fisiológicas que envolvem as práticas corporais durante as aulas de Educação Física” (Jucá; Maldonado, 2024, p. 22).

Ao mesmo tempo, não deve se ignorar também o fato de que uma reflexão acerca da diversidade na escola e das diferenças que a cercam é função primordial de todos os sujeitos que compõe a comunidade escolar. Consequentemente, as escolas devem proporcionar um ambiente mais adequado para atender aos alunos com deficiência. Após tantos anos de promulgação do PNEEI, as escolas brasileiras já deveriam estar capacitadas para a inclusão, porém, sabe-se que na prática os professores no Brasil, enfrentam uma outra realidade. As escolas deveriam estar “adequadas às necessidades de todos(as) os estudantes. Porém como os alunos com necessidades educacionais representam uma minoria dentro das escolas, as modificações não são feitas de forma significativa” (Silva *et al.*, 2022, p. 17).

Muitos professores da rede pública de ensino realizam suas ações sem suporte nem auxílio pedagógico por parte das unidades escolares. Quando na verdade a escola deve esforçar para a criação de materiais instrucionais adaptados que contribuam para uma efetiva implementação da Educação Física inclusiva. Esses materiais “devem ser desenvolvidos levando em consideração as necessidades individuais dos alunos, oferecendo alternativas e modificações que garantam sua participação e engajamento nas atividades propostas” (Borges, 2023, p. 1420).

Esses recursos adaptados podem incluir imagens, vídeos, e outros materiais que facilitem o entendimento e a execução das atividades por parte dos alunos com deficiência. O que não pode deixar de haver de fato é o apoio mútuo entre coordenação escolar, docentes e famílias em prol de um planejamento colaborativo que contemplem a educação inclusiva como prioridade, visto que “é a escola que deve ser capaz de acolher todo tipo de aluno e de lhe oferecer uma educação de qualidade, ou seja, respostas educativas compatíveis com as suas habilidades, necessidades e expectativas” (Silva *et al.*, 2022, p. 18).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, este artigo procurou evidenciar que a educação física escolar, quando orientada por uma perspectiva inclusiva, desempenha papel fundamental no processo de formação integral dos estudantes e contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais democrático, equitativo e participativo. Por conseguinte, a atuação do professor como mediador do conhecimento e promotor de práticas pedagógicas adaptadas revela-se essencial para garantir o direito de todos à aprendizagem e ao convívio social, independentemente das limitações ou diferenças individuais.

É, portanto, o professor quem media o acesso de todos os alunos às atividades físicas propostas, respeitando suas limitações e potencialidades. Cabe de igual modo, ao

docente a consciência de que a promoção da inclusão não se limita à presença física dos estudantes nas aulas, mas envolve o reconhecimento de suas singularidades e a criação de oportunidades reais de participação e aprendizagem.

Diante disso, destaca-se que a formação continuada, o comprometimento institucional e o diálogo entre profissionais da educação são fatores determinantes para o êxito das ações inclusivas na educação física escolar. Uma educação inclusiva, de fato, consiste naquela que é capaz de garantir o direito de todos os estudantes ao pleno exercício da cidadania e à vivência de experiências significativas no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

BASSO-BRAZ, Aline *et al.* Estratégias para a inclusão de estudantes com deficiências na educação física escolar: uma revisão sistemática. **Movimento**, [s. l.], v. 30, n. e30021, p. 01–21, 2024.

BEZERRA FILHO, Lindemberg Gomes. **Importância da formação continuada para uma educação física inclusiva**. 2023. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso - (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão, 2023.

BORGES, Débia Regia Silva Guimarães. A formação do professor de Educação Física: inclusão educacional por meio da atividade física adaptada. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 1408–1425, 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Brasília-DF, 2015.

JUCÁ, Luan Gonçalves; MALDONADO, Daniel Teixeira. relação entre Educação Física escolar e Inclusão: uma Revisão Integrativa. **Revista e-Curriculum**, [s. l.], v. 22, n. e59193, p. 01–36, 2024.

LAMEIRA, Maria Goretti Sousa *et al.* Educação física e práticas pedagógicas na perspectiva da educação inclusiva: um relato de experiência do programa residência pedagógica. **Cadernos Cajuína**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 01–24, 2025.

NOBERTO, Cátia de Souza; CAVALCANTI, José Lucas da Silva; DOURADO, Millena Sabrina Marques. **A importância da Educação Física na inclusão escolar**. 2023. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso - (Licenciatura em Educação Física) - Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA, Recife, 2023.

SANTOS, Cristiana de Paula *et al.* A importância da formação de professores da educação básica na construção da cultura inclusiva baseado no modelo social da deficiência. *In: CONEDU*, 2023. **Anais do IX Congresso Nacional de Educação**. [S. l.: s. n.], 2023. p. 01–13.

SILVA, Érika Priscila De Sousa *et al.* Professores de educação física e inclusão: ainda há caminhos para percorrer. **Educação**, [s. l.], v. 47, p. 01–24, 2022.

SOUZA, Symon Tiago Brandao de; PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes; VENÂNCIO, Luciana. Alunos(as) com necessidades educacionais especiais na Educação Física Escolar: relatos de experiências de um professor-pesquisador. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [s. l.], v. 04, n. e48178, p. 01–26, 2022.